

ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-9-2019.

---

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença André Carús, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 175/19 (Processo nº 0387/19), de autoria da Mesa Diretora. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 047.00068/2019-71, de autoria de Ricardo Gomes, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação, do dia oito ao dia onze de setembro do corrente, no Seminário Estratégico da Rede Liberal da América Latina, na Cidade do México, México. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, André Carús e Aldacir Oliboni. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. A seguir, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 016/19. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 173/19, discutido por Luciano Marcantônio, e o Projeto de Resolução nº 033/19; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 053, 086, 114 e 117/19, este discutido por Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga, Moisés Barboza, Dr. Goulart e Hamilton Sossmeier. Durante a sessão, foram registradas as presenças de João Motta e de Gerson Almeida, ex-vereadores, e de jovens integrantes da Associação Famílias em Solidariedade, participantes do Projeto de Educação Política desenvolvido pela Seção de Memorial. Às quinze horas e vinte minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro e Mônica Leal e secretariados por Mendes Ribeiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Registro as presenças dos ex-vereadores desta Casa, João C. Pavani Motta e Gerson Almeida, sejam muito bem-vindos.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e todas, falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Adeli, Ver. Oliboni e Ver. Engº Comassetto. Quero saudar aqui a presença do Vicente, do Schröder, do Gustavo, da Vera Daisy, do Sindijor, e de todas as pessoas que acompanham o debate desta tarde. Uma tarde, vereadora e Presidenta Mônica Leal, em que, como colocado pela imprensa, nós temos uma boa relação, discordamos em muitos pontos, não somos inimigos, temos pensamentos diferentes numa sociedade que é justamente plural, numa sociedade em que as autoridades não podem impedir que um pensamento divergente do seu seja exposto, ainda mais dentro do Parlamento, que é o local onde todas as opiniões políticas devem ser preservadas e garantidas. A Presidenta Mônica, na sua condição de Presidente desta Câmara, tomou a decisão de retirar a exposição que tinha iniciado na segunda-feira à noite, e eu, então, trago aqui – peço atenção dos vereadores –, os 35 trabalhos que estavam expostos.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Segundo a nossa Presidenta Mônica Leal, estes trabalhos têm um caráter ofensivo. Eu convidaria os vereadores, que agora estão vendo os trabalhos, a refletirem se isso tem um caráter ofensivo. Eu quero passar todas as imagens, eu quero chegar naquela que tem sido usada de exemplo para dizer que há um caráter ofensivo ao Presidente da República. Em cada uma dessas imagens, para a Presidenta Mônica Leal, está sendo ofendida a dignidade de alguém. Então, exibio aqui no plenário, no painel, para mostrar o teor da completa exposição. Esta é uma das imagens consideradas ofensivas. Falou-se que nesta imagem o presidente Donald Trump estaria defecando na Embaixada brasileira. Eu não consigo ver nada que remeta a isso, mas é uma crítica política. Nesta imagem o Jair Bolsonaro está lambendo as botas do presidente Trump. Esta imagem, considerada ofensiva pela Presidenta Mônica, está sendo reproduzida neste momento em todos os jornais aqui do Brasil e fora, ou seja, aquilo que a Presidenta Mônica considera ofensivo, os jornais, que são corresponsáveis por aquilo que divulgam, estão divulgando amplamente. Vejam, há uma crítica política, com certeza. Há uma crítica de subserviência.

Pode passar as próximas imagens. Essa foi usada como exemplo, como se a exposição toda tivesse esse tom, mas independente disso o fato é que a Presidenta Mônica, a qual tenho profundo respeito, mas divirjo, e aqui divirjo radicalmente, porque nesse momento ela está se colocando como autoridade que pode decidir o que cada um de vocês, que não tiveram acesso à exposição, acham ofensivo ou não, e aí está o grande problema. Quem diz o que é ofensivo?

Eu fiz questão de exibir aqui todas as imagens que faziam parte dessa exposição, que agora está lá num canto, perto do plenário Ana Terra, cadeado, fechado,

para que ninguém possa ter acesso, ou seja, retirou de cada um de vocês, vereadoras e vereadores, pessoas que acompanham aqui o plenário, a possibilidade de fazer um juízo que a Presidenta Mônica fez. Eu achava, talvez ingenuamente, que a Presidenta Mônica, na manhã de hoje, na reunião de líderes, pudesse rever a sua opinião diante da repercussão negativa que a Câmara nesse momento ocupa, não só no Brasil, mas mundo afora. Essa decisão foi tomada, pelo que entendo e pelo que foi noticiado, com o aval da Mesa Diretora, e por isso a democracia aqui está em xeque. Não há outra palavra para definir senão uma censura explícita dentro da Câmara Municipal de Porto Alegre. Então fica o convite para que todas as bancadas se manifestem sobre essa questão de, a partir de agora, termos uma autoridade que hoje é a Presidente Mônica – amanhã pode ser outra, na virada do ano –, e assim o Parlamento local existe há muitos anos para que nós tenhamos toda a discordância de eleger quem decide o que é ofensivo ou não. E para mim, repito, a ofensividade daquele cartum que foi mostrado, daquele desenho não é ofensivo, porque, senão, a mídia toda, os grandes jornais não estariam reproduzindo esse mesmo desenho. Aquele considerado ofensivo é aquele que justamente está tendo mais divulgação, uma prova clara de um subjetivismo que tomou conta da presidência e que se reflete num ato de censura. A liberdade está acima de tudo. Aqui se diz que não poderia se fazer dentro desta Casa; pois bem, é justamente dentro desta Casa que se devem preservar todas as opiniões políticas, independentemente de quais elas forem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vou falar aqui dos temas da nossa cidade – não que o tema anterior não mereça o devido destaque. Nós temos mais um imbróglio envolvendo a situação do Cais Mauá; é um imbróglio que, novamente, o consórcio responsável há nove anos pelas obras de revitalização teve que recorrer à justiça federal em 2º grau para revogar uma decisão eu havia sido tomada pelo governo do estado de rescisão do contrato, Ver. Comassetto. No último dia 8 de agosto, nós tivemos, aqui na Câmara Municipal, uma audiência pública que foi acolhida pela Mesa Diretora a partir de uma proposta do nosso mandato, e aqui participaram diversos atores da sociedade que têm uma preocupação e envolvimento com o tema da revitalização do Cais Mauá entre outras entidades. No último dia 21, fruto desse ajuizamento de ação por parte do consórcio Cais Mauá do Brasil, contestando a decisão do governador Eduardo Leite, o TRF4 então concedeu esse provimento judicial para que se revogasse a decisão de rescisão do contrato com o consórcio – a população de Porto Alegre sabe, nós, vereadores, sabemos, o Rio Grande do Sul e o Brasil sabem – que está há nove anos com um contrato firmado com todas as construções e arranjos feitos até mesmo perante o governo federal, e nada fez. Do dia 21 de agosto para cá, Ver. Airto Ferronato, conquistado este provimento judicial, eu não

vi e ninguém viu, em Porto Alegre, na área do cais, nenhum homem e nenhuma máquina trabalhando para justificar o pedido de permanência desse consórcio na área do cais.

Não se sabe também, com clareza, se o Consórcio Cais Mauá do Brasil tem capacidade econômica para dar continuidade ou para iniciar, efetivamente, as obras de revitalização do cais. E também acho que, ao contrário do que se desenvolveu e do que se trabalhou na gestão Sartori, a partir de um grupo de trabalho composto por diversas secretarias do Estado, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, definindo diretrizes e prioridades para as obras de revitalização do cais e, ao contrário do esforço feito pelo Município na concessão das licenças urbanísticas e ambientais do empreendimento, o atual governo do Estado teve uma preocupação menor, rescindiu o contrato, concordo, pela inoperância e pela letargia que deveria ser feito. Ao mesmo tempo, cometeu dois casuísmos: um, autorizou o empreendimento isolado do embarcadero; outro, sem qualquer responsabilidade de avaliar o impacto urbano, ambiental, na mobilidade urbana, queria que ali fosse construído um estacionamento para 600 veículos, em pleno centro da cidade, enquanto as metrópoles do mundo inteiro restringem ou proíbem a circulação de veículos nas suas regiões centrais para que sejam consolidados os conceitos de cidades sustentáveis e para as pessoas.

Então eu quero aqui com este pronunciamento, com esta manifestação, fazer uma sugestão, que a Prefeitura de Porto Alegre reivindique o governo do Estado e encampe, de uma vez por todas, o projeto de revitalização do cais. Eu não estou aqui propondo que a Prefeitura invista, até porque não tem, e são sérias as dificuldades, algum recurso público nisso, mas, pela convicção e conhecimento que todos nós temos, porque aprovamos juntas essas leis, o arcabouço legal de Porto Alegre é muito mais avançado do que o do próprio Estado para que se promovam as parcerias necessárias com o setor privado, seja por PPPs, por concessão, por adoção, para que a área do Cais Mauá seja plenamente revitalizada, colocada em condições para que a população possa usufruir. Porto Alegre tem que reivindicar isso, sem colocar recurso público, mas, repito, fazendo as parcerias que são necessárias, porque nem o governo do Estado, muito menos o consórcio Cais Mauá do Brasil, que lá continua inoperante, irão levar a frente essa revitalização, Ver. Hamilton. E a Prefeitura tem que chamar essa área de sua, e, como já fez, com êxito – não só este governo, mas também as gestões anteriores –, transformar um espaço público tão nobre para o bem da nossa cidade e dos nossos cidadãos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente da Casa, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, de modo especial os profissionais na área da comunicação,

chargistas, que hoje estão nos visitando, e até de uma certa forma, anunciando o ato que haverá amanhã à tarde aqui na Câmara, em função da decisão da presidência da Casa de retirar a exposição de charges – pediria que mostrassem as imagens para que a população possa ter acesso novamente. Queria dizer que o ato de amanhã, nobres jornalista, profissionais da área de educação, é apoiado por 36 entidades, dentre elas está a Federação Nacional dos Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Movimento da Democracia, Associação de Pais e Mães pela Democracia, Sindicato dos Municipários, Coletivo Cidade Mais Humana, Coletivo Cidade que Queremos, Comitê em Defesa da Democracia e tantas outras entidades que estarão aqui presentes. Terá também, conforme informação recebida pela Vera, o ato público contra a privatização do Serpro e da Dataprev, segunda-feira, dia 9, às 11h, aqui na Augusto Carvalho, nº 1133.

Senhoras e senhores, nós podemos falar em democracia ou na democratização da informação, se nós somos favoráveis à democracia e à democratização da informação, nós não seríamos contra qualquer tipo de exposição, até porque me parece que nós, vereadores e vereadoras, estamos legislando – e temos atribuição de legislar – aqui, em nível de Município de Porto Alegre. As charges, conforme foram expostas, são muito mais amplas, falam de personagens que estão no governo federal e que, na verdade, a dura realidade que estamos passando é que reflete as ações desse governo. Ou os senhores acham que aquela charge que tem relação com o Bush, ex-Presidente dos Estados Unidos, não tem nada a ver? É uma obviedade, à medida que ele, Presidente da República, entrega praticamente o Pré-Sal aos Estados Unidos, os preços estão exorbitando no Brasil e ninguém fala nada!

Muitas pessoas ligadas ao mundo da comunicação falam por gestos, por charges, por reportagens. Aí nós vamos censurar a interpretação de uma charge? É lamentável. E eu, como, graças a Deus, sou formado em jornalismo, tenho que condenar as atitudes de censura, porque, para mim, é claramente uma censura a profissionais que vivem também disso, porque senão os jornais que circulam aqui no Estado e no Brasil também fariam essa censura. Ou alguém teria coragem de fazer uma censura contra a Zero Hora, por exemplo, um grande jornal? Lamentavelmente, tem gente que faz. Nós poderíamos expor aqui, por exemplo, a charge que fizeram contra o Lula, que fizeram contra a Dilma, e nós não fizemos a crítica pontual que muitos vereadores ou a própria Mônica, Presidente da Casa, fez aqui na Câmara Municipal. Então, a gente quer se pronunciar por uma questão óbvia: a censura não pode estar nos Parlamentos! Senão, não tem sentido alguém querer defender a democracia se a própria democracia neste caso sofre um golpe no peito, para destruir aquilo que as pessoas pensam ou que querem transmitir através de uma charge, por exemplo.

Então, eu queria dizer que é importante que a nossa Presidente, que tem um bom trabalho na Câmara, tem sido uma excelente presidente, tem obedecido ao Regimento Interno, mas, neste caso, Ver.<sup>a</sup> Mônica volte atrás – volte atrás. Pode uma charge não ser compatível com aqueles que querem tirar a exposição. Nós pedimos que a exposição retorne, que a sociedade faça a interpretação, porque os espaços são públicos, são oportunizados com recurso público, e nós queremos, sim, a democracia na

informação e em qualquer exposição que venha acontecer aqui. Nunca aconteceu isso, e a censura ou a falta de democracia não pode jamais estar num parlamento, seja ele municipal, estadual ou federal.

Por isso pedimos que a nossa Presidente reveja essa atitude. Até porque, possivelmente, a Presidente tomou esta atitude instigada por um vereador que só fala nisso; lamentavelmente tem um vereador que não teve a sensibilidade e pressionou a Presidente da Casa, por isso é importante que seja revisto, porque são 36 vereadores, e não um vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito que o Ver. Mendes Ribeiro assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde a todos. Eu tenho a impressão que o Schroder, que foi meu professor de jornalismo, encontra-se na plateia. Boa tarde, professor! Eu fui aluna da Famecos, da PUC, e identifiquei o professor Schroder.

Primeiro, é muito importante levar ao conhecimento dos senhores e das senhoras que aqui escutaram a fala do Ver. Marcelo Sgarbossa e também do Ver. Aldacir Oliboni, dois colegas extremamente respeitosos. Nós temos um ótimo relacionamento, em que pese a gente discorde, é normal isso, mas eu preciso colocar aqui os pingos nos is. O Ver. Marcelo enviou uma solicitação no processo *on-line* desta Casa, que é um processo eletrônico, o SEI – que muitas vezes, inclusive, o Ver. Valter diz que não existe mais, mas existe, funciona muito bem –, falando da exposição. Nesta solicitação, ele não colocou as charges, mas sim esta fotografia, que seria uma amostra da exposição. (Mostra fotografia.) Como os senhores e as senhoras podem reparar, essa charge não é ofensiva, é uma charge extremamente normal, enfim. Eu recebi, o pessoal das Relações Públicas da Casa e a Diretoria Geral também, e o nome da exposição é *Rir é um Risco*. Em nenhum momento, nessa solicitação, havia alguma outra frase, Ver. Marcelo, de independência. Então, eles receberam esse material, aprovaram e foram ver espaço, local e data, essas coisas. Qual foi a minha surpresa? Na manhã de terça-feira, eu fui informada que havia uma exposição em frente ao plenário, embaixo da galeria das fotografias dos ex-Presidentes desta Casa, com charges ofensivas. O Presidente Bolsonaro, Presidente do Brasil, lambendo a botina do Presidente dos Estados Unidos; o Presidente Trump defecando; a Embaixada do Brasil também de forma ofensiva; enfim, várias charges que me chegaram de forma ofensiva. Ora, senhores, além da forma, que não foi correta, no meu entender, da exposição que haveria, eu quero dizer aos senhores

que, fosse o Presidente que fosse, eu faria a mesma coisa. Se fosse o Lula, a Dilma, o Fernando Henrique, quem me conhece sabe que eu teria a mesma atitude. Esta é a Casa do Povo: povo significa todos, e não uma minoria que acredita que essa forma de liberdade de expressão ofensiva pode acontecer – eu discordo. Não temos curadoria nesta Casa para fazer análise sobre as exposições, ficou sob a minha responsabilidade. Eu, como Presidente, penso que o exercício da liberdade de expressão hoje, importante direito à democracia, está completamente banalizado, e esse direito não exime as pessoas de suas responsabilidades. Um local público, como eu já disse, é de todos. É preciso ter respeito, prudência, coerência, e foi isso o que eu fiz. Se as pessoas querem criticar a política do Presidente Trump, como já fizeram... O Ver. Marcelo já solicitou um plenário para receber manifestantes e foi autorizado. Agora, eu sinto muito, eu sou Presidente desta Casa e, se cabe a mim decidir sobre essa exposição, eu a considero ofensiva, apenas isso. E lembrem-se do que eu estou dizendo: fosse o Presidente que fosse, esse é um espaço da Câmara para exposição de artes, de memória, de história e não um espaço – em frente ao plenário, em frente a fotografias de ex-Presidentes – para forma desrespeitosa.

Então, foi isso o que ocorreu. Eu tenho toda a documentação, que prova que essa solicitação não confere com a realidade da exposição ofensiva – está guardada. Eu sinto muito se os senhores pensam dessa forma, eu não penso. Se está sob a minha responsabilidade, eu tenho que tomar uma decisão que foi referendada pela Mesa Diretora, e foi o que eu fiz, apenas isso. Eu devia uma explicação como Presidente, principalmente para o meu colega Marcelo. Está feito. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Presidente Mônica.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICAL LEAL (PP):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

### **3ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0414/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/19**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

**PRESIDENTE MÔNICAL LEAL (PP):** Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0382/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 173/19**, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Milton dos Santos Martins o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Vinte e Sete, localizado no Bairro Restinga.

**PROC. Nº 0411/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/19**, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede a Comenda Porto do Sol ao jornalista Lauro José de Quadros.

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0097/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 053/19**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que determina a fixação no solo com peso extra nas bases das goleiras que se destinam a práticas esportivas nos espaços públicos e privados do Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 10.721, de 7 de julho de 2009. **Com Emenda nº 01.**

**PROC. Nº 0173/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 086/19**, de autoria do Ver. Billy Haag, que obriga restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos similares localizados no Município de Porto Alegre a oferecer, no mínimo, 1 (uma) opção de prato vegetariano estrito em seus cardápios, menus ou ementas.

**PROC. Nº 0240/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 114/19**, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que institui o Sistema Informatizado de Vacinação no Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 0251/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/19**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que estabelece o fornecimento de alimentos especiais para crianças com restrições alimentares ou alergia à proteína do leite de vaca (APLV) na rede de ensino do Município de Porto Alegre.



**PRESIDENTE MÔNICAL LEAL (PP):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiramente, queria lamentar que, infelizmente, não teremos Ordem do Dia nesta tarde. São 14h50min, não são nem 15 horas e a Câmara, pelo que estou vendo, está se preparando para não trabalhar hoje.

Queria apenas agradecer a presença, neste primeiro momento, de algumas pessoas que estavam aqui presentes e iriam acompanhar a votação do nosso projeto, que era o primeiro da Ordem do Dia que, infelizmente, não acontecerá. Gostaria de dizer a todos os nossos convidados que nós vamos nos preparar para que, segunda-feira, então, possamos voltar à Pauta determinada para esta tarde, para que possamos dar andamento e votar os projetos que estavam aprazados. De minha parte, as minhas desculpas àqueles que nesta tarde estavam aqui acompanhando e imaginavam que pudéssemos ter votação, mas, infelizmente, não tivemos 19 vereadores presentes aqui para iniciarmos a Ordem do Dia. Obrigado, e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Professor Alex Fraga, está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, subo à tribuna em tempo de liderança, pelo meu Partido, PSOL, portanto, falo em nome dos colegas de bancada, Ver. Roberto Robaina e Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. É importante esclarecer porque nós, da bancada de oposição, não registramos a nossa presença, contribuindo para retirar o quórum desta sessão, já que estávamos presentes do Parlamento, e eu, por exemplo, ficarei nesta Casa até às 22h, porque temos atividade de um curso da CECE, que vai se estender até este horário. Falo também em nome da bancada do PT – o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está sinalizando para que eu possa fazer esta manifestação.

O que nós temos aqui, logo na sequência para a votação é um projeto do Ver. Cassio Trogildo, que fala sobre resiliência, um projeto que tem muito mérito, um projeto que nós vamos discutir, em grande parte tem o nosso apoio, mas, na sequência, entra um projeto do governo que fala sobre todos os imóveis da cidade de Porto Alegre que pertencem ao Município, que pertencem, portanto, a toda população desta cidade, e que o Prefeito Marchezan Júnior protocola aqui para ganhar um cheque em branco e fazer o que quiser com esses imóveis: vender, alugar, ceder.

Quanto à cedência, analisando, caso a caso, há uma possibilidade. Nós temos vários grupos em Porto Alegre, por exemplo, grupos de teatro que gostariam de espaço para ensaiar, para organizar as suas peças, as manifestações artísticas, e isso é meritório. Agora, nós não aprovaremos um projeto de tamanha magnitude de forma

irresponsável. O Ver. Engº Comassetto já pediu, há semanas, oficialmente, através do microfone de apartes – oficialmente! –, que este projeto fosse votado apenas após o governo mandar ao Parlamento uma lista descrevendo quais são esses imóveis. Nós queremos que o povo desta cidade saiba o que vai estar nesse cheque em branco que o prefeito quer que nós assinemos. E nós não vamos assinar, nós não vamos compactuar com este projeto! A liderança do governo, na figura do Ver. Mauro Pinheiro, está muito ansiosa para votá-lo, queria ter iniciado a discussão na segunda-feira, mas, felizmente, não houve quórum, e, na sessão de hoje, nós tiramos o quórum justamente porque estamos aguardando este governo, que deixa a cidade se desmanchar, este governo incompetente, irresponsável, que não consegue mandar para esta Casa uma lista com os imóveis e os endereços do que é do povo desta cidade. Nós queremos, como oposição, que o cidadão porto-alegrense tenha ciência do que está por trás deste projeto e o que o prefeito, os seus assessores e a sua equipe querem vender, querem negociar, querem comercializar. O Ver. Idenir Cecchim, do MDB, fez uma fala que me chamou bastante a atenção, dizendo que a Prefeitura não é uma imobiliária; eu concordo com o Ver. Cecchim, não é uma imobiliária, mas temos bens que não são desse senhor, não são do prefeito Nelson Marchezan Júnior, são da cidade de Porto Alegre, da população de Porto Alegre, e nós não agiremos de forma irresponsável, dando a ele uma autorização para vender o que não é dele!

Portanto, essa minha manifestação foi necessária para que a população não pense que nós, da oposição, não queremos trabalhar. Nós queremos trabalhar, mas de forma responsável, em prol do interesse público, e não do interesse daquele senhor que está sentado na cadeira de prefeito até o ano que vem, porque, depois do ano que vem, eu espero que a população tenha consciência de que errou e tome um novo rumo. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Sra. Presidente, colegas, todos que nos acompanham nesta tarde. Eu subo à tribuna para reconhecer algumas notícias importantes que foram veiculadas no dia de hoje, às quais nós precisamos dar luz aqui. Gostaria de saudar o nosso colega que está no Poder Executivo, o Rafão, e falar do nosso reconhecimento pelo seu esforço, como secretário de segurança do Município, neste momento que a cidade vem atravessando. O nosso colega da bancada do PTB vem desenvolvendo um brilhante trabalho frente à Secretaria de Segurança do Município, não só na questão do combate aos flanelinhas, que, muitas vezes, geram, inclusive, uma série de problemas dentro da segurança pública – nós todos recebemos as denúncias na nossa cidade –, mas também pelo efetivo e pela modernização do efetivo. Nós temos recebido aqui nesta Casa vários elogios no que diz respeito à presença da Guarda Municipal. Aproveitando, volto a agradecer ao governo

do Estado pelos 770 novos integrantes da Brigada Militar que ficarão aqui em Porto Alegre. Nós, vereadores, temos essa luta antiga para termos aqui pelo menos o proporcional ao que significa a mancha de ocorrências atendidas pela Brigada Militar. Quero agradecer, porque dá, sim, uma impressão de segurança muito importante na cidade de Porto Alegre.

Ouvi aqui o Ver. Prof. Alex, do PSOL, e quero dar luz a outro assunto. Hoje, pela manhã, no Paço Municipal, nós tivemos um momento muito importante para esta cidade, Ver. Paulo Brum, que foi o ato formal de entrega da chave da Casa da Estrela, lá no bairro Petrópolis, à associação dos artesãos do Rio Grande do Sul, que vai recuperar aquele espaço cultural que há muitos anos está abandonado, que é um exemplo de prédio que não estava sendo utilizado. Eu gostaria de deixar aqui, para o momento propício do debate do projeto que está para ser votado, a questão do Poder Executivo e dos bens – inclusive, eu quero saudar a CCJ que possui o parecer favorável ao Projeto, Ver. Ricardo Gomes, que está aqui acompanhando os trabalhos, na tarde de hoje – e deixar aqui uma pergunta a todos nós: se existem prédios públicos, ociosos, abandonados, que não prestam nenhum serviço público, por que mantê-los? Essa filosofia de quanto o estado maior, maior, melhor, não concordo com essa filosofia. Não sou a favor também do estado mínimo, sempre fui a favor do estado necessário. E se houver bens que puderem ser disponibilizados para a construção de hospitais, creches, escolas, nessa época da gestão pública de cobertor curto, vamos sim aprovar o projeto, porque ele trará desenvolvimento e atenderá a quem nós temos que atender que é a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR DR. GOULART (PTB):** Ver.<sup>a</sup> Presidente, Mônica Leal, meus queridos vereadores, queridas vereadoras, amigos que nos visitam, TVCâmara; ontem tivemos um momento importante, mas muito importante nesta Casa, mostrando uma aliança entre todos os pensamentos em prol dos que mais precisam. Eu me senti muito à vontade em discutir esse assunto que é justamente a contrariedade, a possibilidade de tirarem 80 casas das vilas Mato Sampaio e Bom Jesus. Ficamos à vontade de conversar e discutir isso e levar para os nossos superiores que decidem isso, porque seria uma ignominia eu imaginar que pessoas que estão há 30 anos assentadas tenham que sair ali da região do Mato Sampaio. Imagina que nós trabalhamos no DEMHAB e lá cumprimos todos os encaminhamentos e construímos três mil casas populares. Como não se interessar por essas oitenta? Acho que estava no rumo certo, porque tanto a oposição quanto a situação se uniram para que resolvêssemos em conjunto. Tivemos o parecer do Valter Nagelstein, o parecer do Roberto Robaina, o parecer do nosso querido convidado Sgarbossa, do nosso querido Ferronato, e chegamos à conclusão de que precisamos enviar adiante alguma proposição que dê

resultado para que isso não aconteça. Estamos encaminhando e peço que todos façam a assinatura eletrônica para o que vão receber, Carús, presidente, importantíssimo nesse momento. O Comassetto e o Ferronato fizeram um estudo de tudo que conversamos e produziram então aqui um projeto que está na AEIS essa região, estão fazendo com que não se façam destruições e construções a não ser para os moradores dali. Vocês vão receber as leis que foram surgindo desse momento importante.

Então, nós solicitamos que o nosso líder do governo observe isso, converse com o prefeito e dê uma solução para essas pobres famílias que não poderão sair agora dali. Sugiro até que a gente se debruce para construir casas populares, uma vez que o Presidente da República está ameaçando que não vão mais ter casas populares tão cedo. Ao mesmo tempo, queria dizer da nossa preocupação com esse projeto que o nosso querido líder falou aqui, porque esse projeto vai dispor em torno de mil casas, outros 1,5 mil, outros 1,2 mil. Não é que não queiramos isso; nós queremos discutir, conversar e saber pelo menos o que é isso, nós todos que somos conhecidos na sociedade como defensores das moradias. Então, temos muito trabalho pela frente, e meu líder Cassio está preocupado, porque nós não vamos trabalhar hoje para assinar aquele importante projeto que ele apresenta – paciência! Na segunda-feira, nós começaremos a trabalhar de novo, e aí eu gostaria de ter o apoio, pelo menos na abertura das discussões, do nosso querido líder. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, vereadores desta Casa, venho falar em Pauta sobre o PLL nº 117/19, de minha autoria, que estabelece o fornecimento de alimentos especiais para crianças com restrições alimentares ou alergia à proteína do leite de vaca (APLV) na rede de ensino do Município de Porto Alegre. Nós entramos com este projeto, porque hoje tem uma quantidade grande de crianças na idade escolar que frequentam as escolas públicas do nosso Município, as escolas privadas também, que são alérgicas. Elas não têm tolerância à lactose, elas são alérgicas à proteína do leite, o que dificulta em muito a sua alimentação, porque vários produtos são para tolerantes à lactose, mas não são produtos para alérgicos à proteína do leite. Então, baseado na Lei Federal nº 12.982, de 2014, que determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica pelas instituições de ensino. Nós entramos com este projeto, porque, muitas vezes, não é permitido aos pais chegarem numa escola levando o alimento do seu filho. Melhor, é proibido que um pai leve o alimento do seu filho, alegando que todas as crianças têm que comer o mesmo produto, têm que comer juntas, têm que comer a mesma merenda escolar. Não sabem as pessoas a dificuldade que é para nós, pais que temos filhos alérgicos, ver o seu filho participar de um grupo de crianças dentro de uma escola, onde lá estão comendo bolacha, tomando o leite que a escola fornece, o bolo que

a escola fornece, e essas crianças não poderem comer, essas crianças não poderem tocar no alimento que é fornecido pela escola. E não é permitido que essas crianças tenham um convívio sadio com as outras crianças, que essas crianças levem a sua bolacha de casa, que essas crianças levem o seu pão de casa, que essas crianças levem o seu bolo de casa, levem o seu suco, levem a sua merenda que é adaptada ao seu corpo, que é adaptada a sua alergia. Somente quem passa por isso, somente quem vê o seu filho sendo excluído por questões alimentares, sabe do que estou falando. Somente quem vê uma criança que pode comer pedra, que pode comer grama, mas não pode comer os alimentos que lhe causam alergia, sabe do que estou dizendo aqui. Nós queremos fazer uma escola inclusiva e acabamos excluindo essas crianças que têm alergia à proteína do leite, que se chama APLV. Crianças que são completamente alérgicas, crianças que têm vários tipos de alergias, podem, inclusive, ficar hospitalizadas por um bom período se tiverem ingerido a proteína do leite. Então nós viemos aqui pedir aos colegas que vejam atentamente este projeto, que depois de passar pela CCJ, pelas comissões da Casa, virá a plenário. É um projeto de extrema relevância para as famílias da nossa cidade de Porto Alegre, principalmente para as crianças que são alérgicas à proteína do leite. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Informo que estão presentes, no plenário da Câmara de Vereadores, 15 jovens integrantes da Associação Famílias em Solidariedade, acompanhadas do Sr. Claudir, da Daiane e da Sandra. Essa atividade faz parte do projeto de Educação Política que o Memorial desta Casa desenvolve junto às escolas de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul.

O Ver. Hamilton Sossmeir está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC):** Estamos recebendo, hoje, na Câmara de Vereadores, um grupo de jovens e adolescentes – destaco a presença da Daiane e do Claudir – da ONG Associação Famílias em Solidariedade – Afaso, que foi fundada em maio de 1994, na Vila Nossa Senhora de Fátima, bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, para viabilizar o projeto de Solidariedade à Distância. No início, 50 famílias foram incluídas no projeto e eram acompanhadas por meio de visitas domiciliares realizadas por membros do Movimento dos Focolares. Através da construção de vínculos, criou-se a confiança e a empatia para apoiá-las no sentido de mudar suas condições de vida, especialmente quanto à escolarização das crianças, adolescentes e adultos, na busca de atendimento médico, odontológico, encaminhamentos para vagas de emprego, contatos institucionais, tanto na própria comunidade, quanto fora dela, confecção da documentação, registros dos filhos, pois muitos não tinham certidão de nascimento. A partir de 2006, foi construída uma sede na Vila Nossa Senhora de Fátima, Bom Jesus, onde 96 crianças e adolescentes são atendidos, diariamente, no contraturno escolar e participam de oficinas de informática,

artesanato, esporte, recreação, expressão corporal e formação cidadã e espiritual e recebem duas refeições/dia, sendo uma delas o almoço. Há ainda o atendimento a 64 famílias de forma individual, em reuniões mensais ou ainda em visitas domiciliares. Para dar conta do atendimento, a Afaso conta com profissionais das áreas de psicologia, pedagogia, serviço social, educadores, oficinairos, além de uma profissional de serviços gerais e de uma cozinheira. Todos os participantes, incluindo os profissionais, procuram colocar em prática a regra de ouro: "Faça ao outro o que gostaria que fosse feito a ti". A partir desta vivência, procura-se construir a cultura da paz, a cultura da partilha e da fraternidade universal.

A manutenção da Afaso vem de diferentes apoiadores, entre os quais: a Prefeitura de Porto Alegre, participação em editais, projetos de captação no Conselho Municipal de Porto Alegre e de colaboradores – pessoas físicas que são os padrinhos e madrinhas das crianças. A ação da Afaso busca promover a formação humana e cidadã de crianças, adolescentes e famílias em vulnerabilidade social, segundo o carisma da unidade, inspirado por Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares.

Então quero fazer este registro e este destaque e agradecer a visita na Câmara Municipal de Vereadores. Muito obrigado. Deus abençoe vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB):** Boa tarde a todos. Eu gostaria de reforçar a importância do projeto de lei de autoria do Ver. Cláudio Janta, que estabelece o fornecimento de alimentos especiais para crianças com restrições alimentares ou alergia à proteína do leite de vaca – APLV na rede de ensino do Município de Porto Alegre.

Essa questão da alimentação, vocês sabem que cada vez mais tem sido estudada cientificamente, o quanto é importante para que nós tenhamos saúde. Através da alimentação, podemos produzir células doentes que podem, inclusive, tornarem-se células cancerígenas ou não. Então atender a crianças, principalmente as de baixa renda, que estão na escola de educação infantil ou das séries iniciais do ensino fundamental é um dever nosso, enquanto legisladores, enquanto políticos, enquanto governo do Município de Porto Alegre.

Parabéns, Ver. Cláudio Janta, por este projeto que vem, realmente, contribuir na formação de uma sociedade cada vez mais saudável através de uma base sólida. Queremos, então, no futuro, pessoas atuando na sociedade, com certeza, com mais capacidade de decidir o futuro da nossa cidade.

Quero também – não posso deixar passar sem me manifestar – elogiar o projeto de lei proposto pelo Ver. Cassio Trogildo, da nossa bancada, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que fala sobre a capacidade de o governo instituir o Plano de Resiliência no Município de Porto Alegre e dá outras providências. Quero aproveitar

essa proposta do Ver. Cassio, importantíssima, porque a resiliência é a capacidade de se recuperar, de se adaptar, de superar os problemas, as intempéries. A primeira vez que ouvi falar a palavra resiliência foi quando atuei em conjunto com o secretário Cezar Busatto, quando fui secretário adjunto de Coordenação Política e Governança Local na gestão Fortunati, ao lado do secretário Cezar Busatto, que foi um homem de visão, uma pessoa que ensinou a muitos a arte de fazer política, a arte de se relacionar, um homem que foi, realmente, um divisor de águas para o Estado do Rio Grande do Sul, pela forma como ele, meu amigo, que já está no mundo espiritual, conseguia se relacionar, principalmente com os movimentos sociais, como mediador de crises, de conflitos – foi um grande aprendizado que eu tive. Convivi com Cezar Busatto de 2010 a 2012, na secretaria que era o núcleo do governo, a casa civil do governo, onde aprendi com ele também o que era o Orçamento Participativo. Eu já vinha militando no movimento comunitário de 1999 até 2010, mas até então eu não conhecia a importância dessa interação de governo com o Orçamento Participativo, a sua importância para as comunidades. Aliás, a partir daí me tornei um soldado fiel, um apaixonado pelo Orçamento Participativo, que é a capacidade organizada da sociedade, principalmente a de baixa renda, de poder reivindicar suas demandas, tanto interferindo no orçamento do Município, como tratando de qualquer outra demanda. Parabéns, Cassio, por esse plano que estás propondo que o governo municipal institua; parabéns também para o Cezar Busatto, que foi o primeiro cidadão no Brasil a falar em resiliência, e a resiliência está dentro de nós, basta nós aprendermos a utilizar e a acreditar nesse Deus que nos governa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Não há mais inscritos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h20min.)

\* \* \* \* \*